



O CUIDADOR ESCOLAR E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Andressa Soares de Oliveira¹
Susicleide Maria Cavalcante da Silva²
Kalina de França Oliveira³

RESUMO

A inclusão de estudantes com deficiência na rede regular de ensino é um grande desafio, pois vai muito além de matriculá-los, tornando-se fundamental um sistema de ensino eficaz na prática e um processo de inclusão real. Para que o processo de escolarização aconteça de forma proveitosa a este público, que apresenta limitações motoras e cognitivas, é necessária a presença de um profissional de apoio, intitulado cuidador escolar. Este estudo tem por objetivo geral analisar as contribuições dos cuidadores para o processo de inclusão de estudantes com deficiência em escolas públicas regulares, buscando identificar as dificuldades encontradas por estes profissionais e descrever as realidades encontradas por eles no contexto escolar. O estudo, de cunho qualitativo e natureza descritiva, apresenta dados de uma pesquisa de campo realizada no mês de agosto de 2020, com quinze cuidadores de escolas públicas que responderam voluntariamente a um questionário virtual. Os dados foram analisados considerando a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2016). A partir das análises, foi possível apontar várias questões que permeiam a função do cuidador escolar, desde a falta de reconhecimento profissional até os variados papéis que os cuidadores escolares assumem no processo de inclusão escolar, no atual paradigma educacional.

Palavras-chave: Cuidador Escolar, Inclusão Escolar, Pessoa com Deficiência.

INTRODUÇÃO

Durante séculos as pessoas com deficiência foram alvo de discriminação e preconceito, tendo seus direitos negados e sendo por vezes excluídas socialmente. Nas escolas de ensino regular a situação não foi diferente. Foram necessários anos de lutas e reivindicações em prol de uma educação que não apenas integrasse a criança com deficiência, promovendo mudanças superficiais na estrutura escolar e normalizando as mesmas na expectativa de que se adaptassem à escola regular, mas que permitisse a inclusão destas crianças no contexto educacional, através da quebra de paradigma dos conceitos equivocados acerca de tais pessoas.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, soarsandressa@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, susicvnt@gmail.com;

³ Mestra pelo Curso de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, kalina.ufpb.tae@gmail.com.



Esse processo inclusivo das crianças com deficiência começa a se tornar realidade com o reconhecimento do direito à educação como um direito de todos, trazido por documentos oficiais, como a Declaração de Salamanca (1994), que propõe a educação inclusiva como um combate às atitudes de discriminação, criando-se assim uma comunidade acolhedora.

É pertinente compreender que as crianças com deficiência necessitam de um apoio que ultrapasse a questão da aprendizagem e abranja cuidados específicos, dependendo da necessidade particular de cada um, surgindo neste contexto o denominado profissional de apoio escolar, ou cuidador escolar, como é comumente chamado. Conforme posto no art. 3 e inciso XIII do Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), o profissional de apoio escolar é a pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais sua presença se fizer necessária.

Diante desse panorama, o problema que desencadeia esta pesquisa é: quais as contribuições dos cuidadores para o processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas públicas regulares?

Compreendendo o cuidador escolar como o profissional que está inserido na interdisciplinaridade de diversas áreas do conhecimento, com o intuito de incluir o educando com necessidades educativas especiais no contexto escolar e colaborar com a perspectiva da educação inclusiva, adotou-se como objetivo geral da pesquisa analisar as contribuições dos cuidadores para o processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas públicas regulares. Dessa forma, elencaram-se os seguintes objetivos específicos: a) Identificar as dificuldades encontradas por cuidadores de alunos com deficiência em escolas públicas regulares; b) Descrever as realidades encontradas pelos cuidadores que atuam nestas escolas.

Levando em consideração que a educação escolar deve preparar para a vida, compreende-se a inclusão das pessoas com deficiência no meio escolar como um dever de toda a sociedade, justificando assim a relevância social para a construção desta pesquisa. Quanto à justificativa acadêmica, observa-se que ainda existem poucas produções científicas referentes ao tema cuidador escolar. Somando-se às justificativas social e acadêmica, é de interesse das pesquisadoras a investigação de tal problemática, por participarem (extensionistas e coordenadora) do Projeto de Extensão Capacitando Cuidadores para Escolas Inclusivas/Universidade Federal da Paraíba, pois veem na produção de artigos a oportunidade de abordarem um tema pouco discutido na academia, mas de grande importância para o conhecimento de todos.



Deste modo, espera-se que este estudo contribua com informações acerca do papel do cuidador escolar e de sua importância para que a verdadeira inclusão educacional aconteça.

METODOLOGIA

Em relação aos procedimentos metodológicos, tratou-se de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, com aplicação de questionário virtual aos cuidadores de alunos com deficiência que atuam em escolas públicas de ensino regular. Os questionários virtuais foram aplicados no mês de agosto 2020 e participaram voluntariamente da pesquisa 15 (quinze) cuidadores escolares.

A coleta de dados foi realizada virtualmente com a utilização do *google forms*, onde o link do formulário eletrônico foi compartilhado na bio da página do instagram do Projeto de Extensão Capacitando Cuidadores para Escolas Inclusivas (@capacitandocuidadores) e, assim, os cuidadores escolares puderam responder individualmente, sendo assegurado o anonimato de suas respostas e o direito de participação voluntária.

Os dados foram sistematizados de forma qualitativa, considerando a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2016). De acordo com o autor, a análise de conteúdo vem sendo utilizada desde as primeiras tentativas da humanidade em interpretar os livros sagrados. A perspectiva de Bardin consiste em uma técnica que se pode aplicar em discursos diversos e em todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte. Nessa análise, o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens apresentados pelos participantes em suas verbalizações.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os primeiros registros de temas relacionados à deficiência, de acordo com Pessotti (1984), foram em Esparta, onde crianças deficientes eram consideradas subumanas e eram abandonadas, visto que a sociedade não aceitava interagir com as mesmas; nessa época, pessoas com deficiência eram consideradas fora dos padrões.

Os termos que se referiam às pessoas com deficiência foram muitos ao longo dos anos: anormal/retardado, excepcional, defeituoso/incapaz, pessoa portadora de deficiência, deficiente, especial. Tudo na tentativa de mascarar a deficiência, pois “as diferentes formas de nomear podem apenas representar o esconderijo de velhas arapucas a maquiagem valores sociais



contraditórios e a encobrir as tensões geradoras de novas formas veladas de exclusão” (PAN, 2008, p. 28).

Na idade média, indivíduos com deficiência eram isolados e ficavam escondidos atrás dos muros das instituições. Porém, nessas instituições as pessoas com deficiência não eram bem tratadas, uma vez que dependiam da caridade, e por muitas vezes eram até castigados.

Entretanto, com o passar do tempo e a chegada do período histórico marcado pelo Renascimento, a concepção de homem mudou. Neste momento, os valores e a cultura se voltaram para o homem, começando a se falar nos direitos das pessoas com deficiência.

Somente no início do século XX que vigoraram os atendimentos educacionais para as crianças com deficiência. A partir desse momento, de acordo com Ferreira e Guimarães (2003), houve um crescimento significativo no aparecimento de instituições e, com isso, a educação especial ganhou um novo rumo, sendo fundadas as primeiras escolas para cegos, surdos e pessoas com deficiência mental.

Jannuzzi (1992) afirma que na década de 1920, com a influência da Escola Nova, a educação brasileira passa por reformas, tendo como partida a vinda de especialistas europeus para formar os professores brasileiros, dando um novo rumo à educação especial. A partir de então é possível perceber a expansão de um novo ideal de educação no país, através do surgimento de algumas entidades privadas e de campanhas nacionais de educação em prol das pessoas com deficiência. Exemplo dessas instituições é a denominada Sociedade de Pestalozzi, fundada em 1932, no estado de Minas Gerais.

No Brasil, é somente a partir da década de 1950 que começa a se falar em educação especial. Bueno (1993) afirma que, no Brasil, esse processo se deu através da criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e o Instituto dos Surdos-Mudos, ambos criados no Rio de Janeiro. Com a abertura desses institutos, houve o início da conscientização sobre a melhoria na educação para acolhimento desses indivíduos.

No final da década de 1980 surge o movimento de inclusão baseado nos princípios de igualdade, incluindo como parte desse movimento as instituições escolares. Neste contexto, todos têm direito ao ensino regular, valorizando assim a diversidade, no qual pessoas com deficiência passam a ter o direito à construção da aprendizagem em todos os espaços escolares.

Para Bueno (1993), a educação destinada a pessoas com deficiência proporciona dentro do sistema educacional a promoção das habilidades desses indivíduos, onde irão se desenvolver, e participarão ativamente da sociedade, sendo inseridos no mercado de trabalho, no qual irão atuar de acordo com suas limitações.



Esses movimentos foram frutos de uma sociedade democrática, tendo como base a Constituição Federal de 1988, que propõe de acordo com o art. 3 e inciso IV, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Em seu art. 5, a Constituição garante o princípio de que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Além disso, garante em seus artigos 205, 206 e 208 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo a instituição escolar propiciar a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), oferecido preferencialmente na rede regular de ensino conforme a necessidade do aluno.

Assim, pode-se inferir que a Constituição Federal se constituiu como um fator importantíssimo para o processo de inclusão educacional da pessoa com deficiência no sistema regular de ensino. No entanto, embora a Constituição assegure a educação para todos como um direito, é necessário que haja consciência de inclusão na mentalidade das pessoas.

Para isso, os professores possuem responsabilidades no ensino de seus alunos, visto que as crianças que exercem atitudes preconceituosas hoje serão os futuros adultos que irão viver/conviver em sociedade, perpassando tais condutas. Logo, compreendendo a inclusão como um processo necessário, mas nem sempre fácil, é que se faz essencial a presença de outros profissionais neste ambiente, a saber, o cuidador escolar

Quando se discutem políticas educacionais em torno da educação inclusiva, compreende-se que são necessárias não apenas a atuação dos professores e da equipe pedagógica no geral, mas de profissionais que atuem de modo a proporcionar o auxílio aos alunos com deficiência em suas necessidades educacionais.

Destacando-se a necessidade que alguns alunos precisarem de auxílio na escola, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, em seu artigo 58, parágrafo 1º, indica que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para que sejam atendidas as peculiaridades do público da educação especial. Sendo assim, fica assegurado como um direito do estudante com deficiência ter um profissional que o auxilie em suas necessidades educacionais, quando houver necessidade.

Na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), em seu art. 3 e inciso XIII, define as atribuições do profissional de apoio escolar. É possível observar que a função do cuidador escolar ou profissional de apoio escolar se detém às questões de alimentação, higiene e/ou locomoção, exclusivas dos estudantes com deficiência que apresentam real necessidade, e se estende também a auxiliar nas demais atividades em que estes estudantes



necessitarem de seu auxílio. Avaliando a sua função escolar de lidar com alunos da educação especial na rede regular de ensino e o crescente avanço da educação inclusiva, é importante compreender o profissional de apoio escolar como aquele que está engajado na promoção da equidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a realização desta pesquisa foi disponibilizado um questionário através da plataforma do Google Formulários com o intuito de conhecer o perfil profissional dos cuidadores escolares e analisar as dificuldades que os mesmos encontram no processo de inclusão do estudantes com necessidades especiais que acompanham, bem como as suas contribuições no processo de inclusão escolar.

Dos 15 (quinze) participantes, 13 (treze) são do sexo feminino e 2 (dois) cuidadores do sexo masculino. Tal questão demonstra que a presença das mulheres na educação e, neste caso em específico, atuando como cuidadora escolar ainda é muito predominante, seja pelo preconceito referente à presença masculina no âmbito educacional ou simplesmente pela falta de interesse e envolvimento de mais homens nesta área.

Dos 15 (quinze) participantes da pesquisa, 8 (oito) deles atuam há cerca de 1 (um) e 3 (três) anos como cuidador escolar, o que revela pouco tempo de atuação nesta função, já quanto à formação, 4 (quatro) possuem graduação completa, 5 (cinco) possuem graduação incompleta, 4 (quatro) possuem apenas o ensino médio como formação, 1(um) possui magistério e 1 (um) possui curso técnico em enfermagem. Destacamos a partir desses dados que, embora haja a necessidade de uma formação específica para atuação do cuidador escolar, na prática esta não existe, sendo uma função atribuída tanto a pessoas que possuem apenas o ensino médio como formação quanto àquelas que possuem curso superior.

Ainda de acordo com os dados coletados, não é possível inferir se aqueles que declararam ter graduação completa exercem função na área de sua formação junto ao trabalho de cuidador escolar no contraturno ou se mesmo com a graduação optaram por atuar como cuidador escolar devido à falta de emprego na sua área.

Abaixo, apresentamos o primeiro Quadro-Síntese (Quadro 1), construído a partir das respostas ao questionário aplicado no mês de agosto de 2020.

Quadro 1 - Dificuldades e Cuidadores Escolares

Eixo Condutor 1: Dificuldades encontradas pelos cuidadores escolares
--

Categorias	Participantes	Verbalizações
Professores(as)	P2 e P4	“A exclusão do professor com a criança especial, alguns agem como se aquela criança não é de sua responsabilidade”; “A falta de atenção dos professores, no que diz respeito às atividades”.
Interesse	P9	“Fazer com o aluno mantenha o interesse na atividade proposta em sala”.
Ambiente Escolar	P3 e P10	“A falta de sala de recursos na escola”; “A falta de infraestrutura do ambiente escolar para a realização de atividades extras”.
Socialização	P7 e P13	“Na socialização com os alunos”; “[...] vê alguns alunos que não compreendem e não tem empatia pelo o aluno especial”.
Formação	P11 e P15	“Falta de formação”; “Falta de especialização para cuidador na minha cidade”.
Locomoção do cuidador	P12	“A dificuldades é a distância de locomoção de um trabalho pra o outro. Pois são dois turnos e em escolas diferentes”.
Valorização	P6 e P13	“Empatia, a falta de reconhecimento”; “A falta de valorização da profissão pela sociedade [...]”.
Adaptação	P14	“Acessibilidade e adaptação de atividades”.
Nenhuma	P1, P5 e P8.	“Até agora não enfrentei dificuldades” “Graça a Deus não tenho dificuldade”; “No momento nenhuma”.

Fonte: Dados obtidos por meio de aplicação de questionário virtual, 2020.

É possível inferir 9 (nove) categorias a partir dos relatos dos participantes: professores(as), interesse, ambiente escolar, socialização, formação, locomoção do cuidador, valorização, adaptação e nenhuma dificuldade encontrada.

No que diz respeito às categorias ‘professores e interesse’, percebe-se que se encontram associados, visto que é justamente por alguns professores não exercerem a sua responsabilidade no acolhimento e inclusão dos alunos com deficiência que muitos apresentam dificuldades. Deve-se salientar que antes do cuidador escolar, é papel primordial do professor trabalhar com o aluno na busca de meios que o incluam em todo o ambiente escolar e o façam compreender os conteúdos, sendo o cuidador escolar um suporte tanto ao aluno quanto ao professor, agindo enquanto mediador.

De acordo com as verbalizações do P3 e P10 apresentadas quanto ao ambiente escolar, é possível deduzir que a ausência de sala de recursos é um fator que afeta significativamente a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais, fator que está intrinsecamente associado às dificuldades de acessibilidade e adaptação como comentado pelo P14.

Pode-se observar isso conforme coloca LIMA (2018, p. 162):

[...] mais da metade das crianças brasileiras com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação ainda permanecem de fora do AEE, ocasionando em prejuízos no acesso de direito de frequentar as Salas de Recurso Multifuncionais e, conseqüentemente, em prejuízos no seu desenvolvimento e na sua aprendizagem escolar.



A questão da formação surge também como outro problema apontado pelos participantes da pesquisa, visto que a função do cuidador escolar não tem os seus direitos e deveres assegurados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não possuem piso salarial definido, nem são reconhecidos propriamente como uma profissão, apenas enquanto função.

Nos documentos que asseguram a presença do cuidador escolar em sala de aula para alunos que apresentam necessidades educativas especiais, “[...] a especificidade do trabalho é enfatizada apenas como função de apoio, a formação não é mencionada, sequer priorizada.” (LIMA, 2018, p. 114). Visto que o trabalho de cuidador escolar não possui uma especialização necessária e não se constitui como uma profissão especificada por lei, ainda existe muita desvalorização dessa função, como posto pelos P6 e P13 da pesquisa.

A seguir, veremos no segundo Quadro-Síntese (Quadro 2), as contribuições dos cuidadores escolares na inclusão de estudantes com deficiência:

Quadro 2 - Contribuição do cuidador escolar

Eixo Condutor 2: Contribuição do cuidador escolar na inclusão de estudantes com deficiência		
Categorias	Participantes	Verbalizações
Comunicação/ Interação	P3 e P6	“Ajudando o aluno a se comunicar com os colegas e criando ‘meios’ para que o alunos passe a se sentir incluído juntamente com as crianças ditas normais”; “Na interação do aluno com deficiência em todos eventos escolares, em brincadeiras com demais alunos e em atividades em sala trazendo a valorização da diversidade no ambiente escolar”.
Participação	P2, P10 e P15	“Fazendo essa criança participar das atividades dentro das suas limitações, pois cada criança tem as suas próprias”; “A participação dos mesmos nas atividades, nas brincadeiras entre os demais colegas”; “Explorar o espaço da escola, pátio, parquinhos. Tirar o aluno da mesmice. Incluir se possível em brincadeiras, jogos”.
Atividades	P11, P12 e P13	“Nas atividades extra classes os alunos são incluídos no cotidiano escolar”; “Tentando sempre incluir a criança nas atividades da escola”; “Promovendo atividades em que todos participem, criando projetos que inclui todos os alunos sem preconceito”.
Cuidado	P9	“Cuidando, zelando pelo o bem do aluno e pensando no bem da instituição enquanto equipe”.
Efetividade da inclusão	P4, P7 e P8	“Graça a Deus todos ajuda para que as crianças que tem alguma deficiência se sinta abraçada e acolhida”; “Sempre somando ao que já é feito para melhor atender o aluno com deficiência, fazendo com que este se sinta bem em quanto estiver dentro do ambiente escolar”; “Os alunos sempre estão incluídos”.
Sem contribuição	P5	“Infelizmente não consigo contribuir”.



Não existe inclusão	P14	“Na época a diretora era muito consciente mas tb não se podia fazer quase nada pq os próprios professores de turma não sabiam lidar com as crianças especiais. Não queriam esses crianças na turma”.
---------------------	-----	--

Fonte: Dados obtidos por meio de aplicação de questionário virtual, 2020.

É possível destacar 7 (sete) categorias a partir dos relatos dos participantes: Comunicação/interação, participação, atividades, cuidado, efetividade da inclusão, sem contribuição e não existe inclusão.

Segundo Enumo (2005), pesquisas mostravam que os alunos com algum tipo de deficiência encontravam-se incluídos apenas fisicamente no ambiente escolar, corroborando com o relato do P14. Assim, tornou-se necessário que os professores passassem a explorar diferentes formas de ensinar, com propostas pedagógicas adequadas às necessidades de cada aluno com ou sem deficiência, possibilitando que o aprendizado fosse alcançado e fazendo com que essas crianças fossem, de fato, incluídas (MITTLER, 2003).

Como já demonstrado, os documentos legais asseguram a presença do cuidador escolar para casos em que houver necessidade de auxílio, compreendendo que o professor regente da sala já tem uma demanda de trabalho, que é ensinar os conteúdos que lhe são propostos no currículo mediante a política pedagógica da escola, para todos os alunos. Assim sendo, o que vemos é que na prática muitas vezes a função do cuidador escolar não se restringe apenas a esses cuidados básicos, mas que, de acordo com Lima (2018), ele está relacionado à realidade das demandas pedagógicas de ensino e aprendizagem, no que por vezes, esse cuidador atua como um professor não regente, embora não tenha formação específica para exercer tal função.

Os cuidadores consideraram como outros fatores que podem contribuir na inclusão de alunos com deficiência na escola comum, a saber: comunicação, socialização e interação com os demais colegas e os professores, além da exploração do ambiente escolar e a participação efetiva em atividades realizadas dentro e fora da sala de aula, conforme posto pelos P2, P3, P6, P10, P11, P12, P13 e P15.

Corroborando com Bishop et al. (1999), o convívio em ambientes compartilhados estimula as relações de amizade entre crianças com e sem deficiência, favorecendo o desenvolvimento e a participação conjunta em todas as atividades escolares.

Por fim, os dados coletados na pesquisa revelaram que na percepção dos cuidadores, os fatores que mais dificultam a inclusão do aluno com deficiência são: a ausência de formação profissional inicial e continuada do cuidador escolar, bem como a falta de reconhecimento desta função enquanto profissão, a falta de recursos e infraestrutura do ambiente escolar e o não



reconhecimento, por parte dos professores e dos familiares, quanto à importância de seu papel no processo inclusivo.

Quanto as contribuições dos cuidadores escolares para o processo de inclusão de alunos com deficiência, pode-se perceber que o cuidador figura como aquele que está presente na interdisciplinaridade escolar, ou seja, que está envolvido nas diversas áreas do conhecimento, exercendo vários papéis, auxiliando o professor, a fim de contribuir com a inclusão efetiva dos alunos que apresentam necessidades educativas especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa alcançou o seu objetivo ao analisar as contribuições dos cuidadores para o processo de inclusão de estudantes com deficiência em escolas públicas regulares, identificando as dificuldades encontradas por estes profissionais e descrevendo as realidades encontradas por eles no contexto escolar, revelando que apesar de serem variadas as dificuldades enfrentadas pelos cuidadores escolares, muitos conseguem superá-las e não permitem que estes empecilhos os impeçam de continuar lutando pela inclusão escolar de alunos com deficiência.

Sabe-se que a inclusão é um processo dinâmico que depende de constantes avaliações, reflexões e discussões das práticas e vivências entre todos os envolvidos para que se torne realidade. Para tal, é necessário que não só os cuidadores escolares sejam ouvidos, mas também os professores, a família e os alunos, para que seja ressignificado todo contexto escolar.

Assim sendo, este estudo traz significativas contribuições ao analisar o perfil do cuidador escolar, promovendo reflexões acerca de seu papel, as dificuldades encontradas no ambiente escolar e as suas contribuições na promoção de uma escola inclusiva.

É notório que, quando se fala em inclusão, existe um caminho longo a se percorrer. Os resultados deste estudo buscam justamente ajudar a compreender melhor este contexto e provocar uma reflexão acerca do que se pode melhorar no que diz respeito à inclusão dos alunos com deficiência.

Espera-se, avidamente, que este estudo provoque o interesse de novas pesquisas nesta área, considerando a necessidade de estudos acerca do cuidador escolar, pois é uma temática de grande relevância no contexto da educação inclusiva.



REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2016.

BISHOP, K. D. *et al.* **Promovendo amizades**. In: stainback, s.; stainback, w. (org). *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1999. cap. 10, p. 184-199.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca**: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. UNESCO, Salamanca/Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

BRASIL. Planalto. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa Com Deficiência)**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 25 mai. 2020.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993.

ENUMO, S. R. F. Avaliação assistida para crianças com necessidades educacionais especiais: um recurso auxiliar na inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 11, n. 3, p. 335-354, set./dez. 2005.

FERREIRA, M. E. C; GUIMARÃES, M. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Campinas/SP: Editores Associados, 1992.

LIMA, Leidy Jane Claudino de. **Cuidadores escolares e inclusão educacional: uma análise das políticas públicas que regulam o trabalho do cuidador na escola**. 2018. 219f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pedagogia, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PAN, M. A. G. S. **O direito à diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva**. Curitiba: IBPEX, 2008.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.